

# 0 escândalo dos nossos tempos



Por Roberto de Mattei, *Corrispondenza Romana*, 19-04-2017 | Tradução: Hélio Dias Viana – : O mundo está cheio de escândalos, e Jesus diz: “*Ai do mundo por causa dos escândalos*” (Mt 18, 7). O escândalo, de acordo com a moral católica, é o comportamento daqueles que causam o pecado ou a ruína espiritual de seu próximo (Catecismo da Igreja Católica nº 2284).

☒ Não basta abster-se de fazer aquilo que em si mesmo é pecado, mas é preciso evitar aquilo que, não sendo pecado, põe os outros em perigo de pecar; e o *Dicionário de teologia moral* dos cardeais Roberti e Palazzini ensina que isso é especialmente obrigatório para aqueles que têm uma posição elevada no mundo ou na Igreja (Editrice Studium, Roma 1968, ).

As formas mais graves de escândalo são hoje a publicidade, a moda, a apologia que a mídia faz da imoralidade e da perversão, as leis que aprovam a violação dos mandamentos divinos, como aquelas que introduziram o aborto e as uniões civis homo e heterossexual.

A Igreja sempre considerou escândalo também o recasamento

civil dos divorciados. João Paulo II, na *Familiaris consortio*, indica o escândalo que dão os divorciados recasados como uma das razões pelas quais eles não podem receber a Sagrada Comunhão. De fato, “se se admitissem estas pessoas à Eucaristia, os fiéis seriam induzidos em erro e confusão acerca da doutrina da Igreja sobre a indissolubilidade do matrimônio” (nº. 84).

O cânon 915 do Código de Direito Canônico afirma: “Não sejam admitidos à sagrada comunhão os excomungados e os interditos, depois da aplicação ou declaração da pena, e outros que obstinadamente perseverem em pecado grave manifesto.”

Uma declaração do Pontifício Conselho para os Textos Legislativos reafirmou a proibição contida nesse cânone contra aqueles que pretendem que tal regra não se aplica ao caso dos divorciados recasados. A declaração afirma: “No caso concreto da admissão dos fiéis divorciados novamente casados à Sagrada Comunhão, o escândalo, concebido qual ação que move os outros para o mal, diz respeito simultaneamente ao sacramento da Eucaristia e à indissolubilidade do matrimônio. Tal escândalo subsiste mesmo se, lamentavelmente, um tal comportamento já não despertar alguma admiração: pelo contrário, é precisamente diante da deformação das consciências, que se torna mais necessária por parte dos Pastores, uma ação tão paciente quanto firme, em tutela da santidade dos sacramentos, em defesa da moralidade cristã e pela reta formação dos fiéis” (Pontifício Conselho para os Textos legislativos, *Declaração sobre a admissibilidade à Sagrada Comunhão dos divorciados recasados*, 24/06/2000, em *Communicationes*, 32 [2000], pp. 159-162).

Após a promulgação da Exortação pós-sinodal *Amoris laetitia*, aquilo que sempre representou um escândalo para o Magistério da Igreja passou a ser considerado um comportamento aceitável, que merece ser acompanhado com compreensão e misericórdia. Monsenhor Pietro Maria Fragnelli, bispo de Trapani e presidente da Comissão para a família, os jovens e a vida, da

Conferência Episcopal Italiana, disse em uma entrevista de 10 de Abril à agência SIR (dos bispos), dedicada ao documento do Papa Francisco, que *“a recepção da exortação apostólica na diocese está crescendo, no sentido de se procurar entrar cada vez mais no espírito profundo da Amoris laetitia, que pede de nós uma nova mentalidade face ao amor em geral, vinculado à família e à vida de família”*.

Para transformar a mentalidade do mundo católico, a Conferência Episcopal Italiana está empenhada numa assídua obra de promoção de conferências, seminários, cursos para noivos ou para casais em crise, mas, sobretudo, como escreve a agência dos bispos, a fim de promover *“uma mudança de estilo para sintonizar a pastoral familiar ao modelo de Bergoglio”*. De acordo com Mons. Fragnelli, *“pode-se dizer claramente que começou uma mudança de mentalidade, tanto do episcopado, quanto das nossas dioceses, como algo que tem de ser feito, vivido e procurado em conjunto. Pode-se dizer: trabalho em andamento”*.

Os *“trabalhos em andamento”* consistem na *“deformação das consciências”* denunciada há poucos anos atrás pelo Pontifício Conselho para os Textos Legislativos, ou seja, adotar uma mentalidade que nega, no plano da práxis, a santidade dos sacramentos e a moralidade cristã.

Em 25 de fevereiro último, falando em um curso de formação para os párocos, o papa Bergoglio os convidou a se tornarem *“próximos, com o estilo próprio do Evangelho, no encontro e no acolhimento daqueles jovens que preferem conviver sem se casar. Nos planos espiritual e moral, eles se encontram entre os pobres e os pequeninos, dos quais a Igreja, nos passos do seu Mestre e Senhor, quer ser uma mãe que não abandona, mas que se aproxima e cuida deles”*.

De acordo com a agência SIR, os casais conviventes – com ou sem filhos – representam atualmente 80% daqueles que participaram, na Itália, dos cursos de preparação para o

casamento em 2016. Ninguém recorda a esses conviventes que eles vivem em situação de pecado grave. A própria expressão “casais irregulares” é proibida. Em 14 de janeiro, o *Osservatore Romano* publicou as orientações pastorais dos dois bispos malteses, D. Charles Scicluna (arcebispo de Malta, ex-promotor de justiça da Congregação para a Doutrina da Fé), e D. Mario Grech (Gozo). “*Através do processo de discernimento – dizem eles – precisamos avaliar o grau de responsabilidade moral em determinadas situações, dando a devida consideração aos condicionamentos e às circunstâncias atenuantes*”. Por causa desses “*condicionamentos e circunstâncias atenuantes, o Papa ensina que ‘já não é possível dizer que todos os que estão numa situação chamada ‘irregular’ vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante*”.

A consequência é que “*se, como resultado do processo de discernimento, empreendido com ‘humildade, reserva, amor à Igreja e a seu ensinamento, na busca sincera da vontade de Deus e com o desejo de alcançar uma resposta a ela mais perfeita’ (AL 300), uma pessoa separada ou divorciada que vive uma nova relação consegue com clara e informada consciência, reconhecer e crer que ela ou ele estão em paz com Deus, ela ou ele não podem ser impedidos de participar dos sacramentos da Reconciliação ou Eucaristia*”.

Um ano após a promulgação da *Amoris laetitia*, o “modelo Bergoglio” que vem sendo imposto é o acesso dos divorciados recasados a todos os sacramentos. A coabitação não constitui escândalo. Mas, para o Papa Francisco, o escândalo – mais ainda, o principal escândalo do nosso tempo – é a desigualdade econômica e social.

Em carta dirigida no Domingo de Páscoa ao bispo de Assis-Nocera Umbra, D. Domenico Sorrentino, o papa Bergoglio disse que os pobres são “*um testemunho da escandalosa realidade de um mundo marcado pela desproporção entre o gigantesco número de pobres, amiúde privados do estritamente necessário, e a*

*minúscula parcela de endinheirados que detêm a maior parte da riqueza e pretendem determinar os destinos da humanidade. Infelizmente, a dois mil anos do anúncio do Evangelho e após oito séculos do testemunho de Francisco, estamos diante de um fenômeno de 'iniquidade global' e de 'economia que mata'.*

O antagonismo moral entre o bem e o mal é substituído pela oposição sociológica entre riqueza e pobreza. A desigualdade social passa a ser um mal pior que o assassinato de milhões de nascituros e o oceano de impureza que submerge o Ocidente. Como não compartilhar o que escreveu o cardeal Gerhard L. Müller, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, no livro-entrevista *Esperança da Família*: *"O maior escândalo que pode dar a Igreja não é o fato de que dentro dela existam pecadores, mas que deixe de chamar pelo nome a diferença entre o bem e o mal e passe a relativá-la, que pare de explicar o que é o pecado ou finja justificá-lo em nome de uma alegada maior proximidade e misericórdia para com o pecador"*

Fonte: